

SUPERAMA

**POTENCIALIDADES REGIONAIS
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA**

CACAU

Sumário Executivo

© 2003. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Superintendência da Zona Franca de Manaus SUFRAMA
Superintendência Adjunta de Planejamento e Desenvolvimento Regional
Coordenação de Identificação de Oportunidades de Investimentos
Coordenação Geral de Comunicação Social

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida desde que citada a fonte

Ministro

Luiz Fernando Furlan

Superintendente

Flávia Skrobot Barbosa Grosso

Superintendente Adjunto de Administração

Francisco de Souza Rodrigues

Superintendente Adjunto de Planejamento

Isper Abraham Lima

Diretora de Planejamento

Eliany Maria de Souza Gomes

Superintendente Adjunto de Projetos, em Exercício

Oldemar Iank

Superintendente Adjunto de Operações

José Nagib da Silva Lima

Elaboração:

Instituto Superior de Administração e Economia ISAE/Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Coordenação: Valdeneide de Melo Parente - Economista

Pesquisadores: Aristides da Rocha Oliveira Júnior - Economista

Alcides Medeiros da Costa - Engenheiro Agrônomo

SUFRAMA

1. Zona Franca de Manaus: Potencialidades - Estudo de Viabilidade Econômica
2. SUFRAMA Potencialidades - Estudo de Viabilidade Econômica
3. Potencialidades - Estudo de Viabilidade Econômica
4. Vol. 3 - Cacau

Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa
Rua Ministro João Gonçalves de Souza, s/s Distrito Industrial
CEF.: 69.075-830 Manaus Amazonas

Endereço eletrônico: www.suframa.gov.br
e-mail: copor@suframa.gov.br - codec@suframa.gov.br

SUMÁRIO

1. Introdução	2
2. Situação Atual	2
3. Potencialidades de Mercado	4
4. Caracterização dos Empreendimentos e dos Produtos ...	6
5. Indicadores de Viabilidade Econômica-financeira	10
6. Incentivos Fiscais e Financeiros	12

1. Introdução

O cacau é um produto nobre e tradicional da agricultura brasileira que vem atravessando um processo recente de recuperação, especialmente no sul da Bahia e em Rondônia, após um prolongado período de crise – da segunda metade da década de 80 até meados da década de 90 – originária da conjugação de uma conjuntura externa desfavorável (redução dos preços internacionais devida a um aumento eufórico da produção mundial e dos estoques nos países produtores) e de uma conjuntura interna pior ainda (a devastação promovida pela doença fúngica conhecida como “vassoura de bruxa” nos cacauais brasileiros, especialmente os do sul da Bahia, até hoje a principal região produtora).

Na Amazônia Ocidental, o estado de Rondônia ocupa o primeiro lugar na produção primária do cacau em amêndoas, mas não possui plantas agroindustriais de beneficiamento dos derivados do cacau, sendo toda a produção primária deste produto direcionada a indústrias processadoras na Bahia e no Sudeste. Devido a fatores como a disponibilidade de sólido apoio técnico-científico, boa situação de crédito dos produtores e disponibilidade de condições edafo-climáticas e espaciais muito superiores às encontradas nos demais estados produtores, a cacauicultura com certeza figura, atualmente, como uma das principais potencialidades do estado de Rondônia, mas o seu aproveitamento pleno exige o adensamento da cadeia produtiva do cacau, com a implantação de projetos empresariais de agroindustrialização.

Assim, o presente estudo contempla dois segmentos da cadeia produtiva do cacau - o plantio empresarial e a agroindústria de achocolatados (chocolate em pó + chocolate em barras + ovos de páscoa) -, adotando por premissa geral a de que o plantio abastecerá a agroindústria com uma quantidade de matéria-prima equivalente ao ponto de nivelamento industrial.

2. Situação Atual

Costa do Marfim lidera, desde a década de 60, a produção mundial de cacau em amêndoas secas, seguida, na ordem, por Gana, Indonésia, Brasil, Nigéria, Camarões, Malásia e Equador. Este rol de oito países concentra mais de 90% da oferta mundial. O Brasil, que até a década de 80 ocupava o 2º lugar desse ranking, caiu para o 4º lugar, em razão (a) da progressiva redução da área plantada e do padrão tecnológico adotado, como resposta à queda dos preços internacionais, e (b) do alastramento da doença conhecida como “vassoura de bruxa” nos cacauais da Bahia, o principal Estado produtor. Como decorrência, a década de 90 viu o

Brasil se transformar de exportador de cacau em amêndoas em importador do produto.

A produção nacional de cacau em amêndoas está concentrada no sul da Bahia (83% da oferta brasileira, especialmente nos municípios de Itabuna, Camacã e Ilhéus), seguida, em escala bem inferior, pelo Pará (9,9% da oferta brasileira, focalizada nos municípios de Medicilândia, Uruará, Altamira e Tomé-Açu) e por Rondônia (5,4% da produção brasileira, concentrada nos municípios ao longo da rodovia BR-364 ou Transamazônica).

Em 2000, Rondônia teve uma área plantada de 33.371 hectares, produzindo 17.293.000 frutos, propiciando um rendimento médio de 518 frutos por hectare e um valor de venda da produção de R\$ 22,393 milhões. O corredor de comercialização do cacau rondoniense pode ser assim caracterizado: a) venda de 70% das amêndoas às indústrias de moagem do sul da Bahia e 30% para a moedora Indeca (SP); b) daí, 38% de ambas as produções primariamente beneficiadas seguem para as indústrias chocolateiras nacionais de grande porte – Nestlé (Caçapava-SP), Lacta (São Paulo-SP) e Garoto (Vitória-ES) –, 22% são exportados aos países do Mercosul (ênfase para a Argentina) e 40% são exportados ao resto do mundo, principalmente EUA, Rússia, Países Baixos e Canadá).

A Amazônia em geral, e Rondônia em particular, reúne condições excepcionalmente favoráveis ao desenvolvimento da cacauicultura, quando comparada à Bahia, por exemplo. Primeiramente, deve-se destacar a elevada disponibilidade de áreas para plantio nesta região – só ao longo da Rodovia BR-364 (Transamazônica), estima-se uma disponibilidade de mais de 80 mil hectares de solos de média-alta fertilidade, situação bem diversa da que ocorre com a Bahia, onde não há mais espaço físico disponível à expansão da lavoura cacauieira. Este fato, aliado à devastação promovida pela vassoura-de-bruxa na lavoura baiana durante os anos 90, obrigou os produtores baianos, e os governos federal e estadual da Bahia, a promoverem um grande e caríssimo esforço recente de reconversão tecnológica do sistema de produção adotado na lavoura, além de um ousado programa de recuperação da capacidade financeira dos endividados produtores baianos. Encontram-se hoje áreas já produtoras na Amazônia com rendimentos em torno de 2.200 kg/ha (bem mais do que os 650-700 kg/ha da média baiana). Ademais, a cacauicultura amazônica convive muito bem com a “vassoura-de-bruxa”, cuja época de dispersão não coincide com a época de floração do cacauieiro amazônico (ao contrário do cacauieiro baiano, onde há esta coincidência), possibilitando aos produtores amazônicos incorrerem em custos médios de produção bem inferiores aos experimentados em outras regiões do país.

Somem-se a este quadro algumas vantagens adicionais e específicas de Rondônia: a) endividamento quase inexistente dos cacauicultores com os programas de crédito rural; b) existência de uma estrutura agrária favorável pelo trabalho de colonização realizado pelo INCRA; c) disponibilidade de sementes de variedades híbri-

das de cacau de elevada produtividade e tolerância à vassoura-de-bruxa, produzidas e distribuídas gratuitamente pela CEPLAC; d) estrutura de produção centralizada no uso de sistemas agroflorestais (intercultivo do cacau com espécies florestais e outros cultivos agrícolas) e na pequena produção familiar; e) disponibilidade da produção de cacau na entressafra mundial; f) disponibilidade de um acervo tecnológico considerável, aliado a uma rede de assistência técnica especializada e capilarizada por 34 municípios do estado; f) maior proximidade do principal mercado consumidor de chocolate, os Estados Unidos da América. Tem-se delineado, pois, um panorama bastante favorável à cacauicultura rondoniense.

Os principais problemas da cacauicultura e da indústria do cacau na região podem ser assim sumarizados:

a) No plantio comercial:

- Reduzido nível educacional entre os produtores, favorecendo o desconhecimento generalizado de propostas de Pesquisa & Desenvolvimento para o segmento.
- Reduzido nível de organização e capacidade gerencial dos produtores.
- Inexistência de empresas fabricantes de defensivos agrícolas/fertilizantes no estado.
- Ausência de uma estratégia planejada de *marketing* para o cacau em amêndoas, com estudos de mercado que suportem tal estratégia.
- Inexistência de bolsa de mercadorias ou de cereais.

b) Na agroindustrialização

- Reduzido grau de difusão das tecnologias de aproveitamento integral do cacau (casca, polpa, sementes, etc.).
- Ausência de uma estratégia planejada de *marketing* para os derivados industriais do cacau, com estudos de mercado que suportem tal estratégia.
- Inexistência de empresas processadoras de cacau no Estado.

3. Potencialidades de Mercado

Além de seu sabor inconfundível e da qualidade excepcional de sua gordura para a manufatura de alimentos achocolatados, de consistências e sabores diversos, há pelo menos dois outros grandes apelos mercadológicos para a venda do cacau, a serem profissionalmente explorados pelos produtores amazônicos. O primeiro é o apelo ecológico, atrelado ao fato de ser a cacauicultura um cultivo mantenedor do equilíbrio ambiental, ao demandar a preservação da floresta nativa

para o seu sombreamento, favorecendo sua adequação aos ecossistemas frágeis do trópico úmido. O outro é a qualidade físico-química superior do cacau plantado ao longo da rodovia Transamazônica, quando comparado ao produzido na Bahia e na África Ocidental (utilizado como padrão mundial), conforme se comprova no Quadro comparativo a seguir disposto e nos seguintes dados complementares sobre o cacau amazônico: o teor de manteiga gira em torno de 56 a 58% no "nib"; ácidos graxos livres com menos de 1% e teor de testa entre 11 a 12%.

Quadro 1. Propriedades físico-químicas do cacau em amêndoas por regiões

Parâmetros	Unidade	Padrão (África Ocidental)	Bahia	Transamazônica
Peso médio da amêndoa	G	1	1	1,06
Teor de gordura	%	56,00 – 58,00	54,5	61,7
Rendimento	%	47,8	44,5	45,2
Ponto de fusão	°C	-	33,6	34,6

Fonte: Mendes & Lima.¹

O consumo de achocolatados e derivados do cacau está concentrado em países de clima frio e alta renda *per capita*, destacando-se a Bélgica (consumo de 5,5 kg/habitante/ano), a Argentina (3,8 kg/hab./ano), a Suíça (3,6 kg/hab./ano), a Áustria (3,6 kg/hab./ano), a Inglaterra (3,4 kg/hab./ano) e a Islândia (3,04 kg/hab./ano). Na atualidade, as vendas de produtos de chocolate somam US\$ 42 bilhões na União Européia e US\$ 13 bilhões nos EUA, sendo que neste último país há ainda um grande espaço para crescimento da demanda, já que a população infantil, que aumentou de 35 milhões para 40 milhões de indivíduos nos últimos 10 anos, deverá manter a tendência de crescimento demográfico, bem como estima-se que a população adolescente deverá dobrar sua taxa de crescimento até 2010.

O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) projeta até o ano de 2005 um crescimento da produção mundial de cacau em amêndoas secas em torno de 1,7% ao ano e do consumo mundial em 1,6% ao ano, resultando numa produção agregada de 3,06 milhões de toneladas e num consumo agregado de 3 milhões de toneladas, o que deverá contribuir para a manutenção da faixa atual dos preços internacionais, da ordem de US\$ 1.200,00 – 1.300,00/tonelada (fevereiro/2002). Já a manteiga do cacau, oriunda do beneficiamento das sementes e muito utiliza-

1. MENDES Fernando A. T. e LIMA Edson. L. *A Cacaucultura Amazônica: um contexto indispensável no contexto nacional*. Porto Velho; CEPLAC/UNAMA 2001.

da nas indústrias alimentícia e cosmética, alcança preços internacionais correntes na faixa de US\$ 2.000,00 – 2.500,00/tonelada.

No contexto brasileiro, cabe destacar que a atual capacidade máxima de processamento das amêndoas do cacau para extrair matérias-primas semi-beneficiadas (torta, pó, manteiga, etc.) situa-se pouco acima de 200 mil toneladas/ano no Brasil, enquanto que a demanda alcança algo em torno de 250 mil toneladas. Por isso, e se a estrutura de oferta não se alterar, estima-se que, nos próximos anos, o Brasil continue a importar cerca de 40 mil toneladas/ano de cacau para atender às indústrias. Em 2000, por exemplo, estas importações para atender a demanda das indústrias moageira e chocolateira representaram um valor pago da ordem de US\$ 60 milhões. Estes números demonstram a existência de um largo espaço de demanda industrial não atendida no Brasil, o que favorece o incremento tanto do plantio comercial quanto do beneficiamento agroindustrial das sementes, desde que os preços regulem aqueles praticados no mercado internacional. Neste aspecto, no tocante ao plantio comercial do cacau, deve-se ressaltar a dificuldade em se estabelecer comparações de competitividade entre os *players* internacionais, já que: (1) na África a organização da produção cacauceira possui como base a pequena propriedade familiar, enquanto que na Malásia e no Brasil predominam as médias e grandes propriedades rurais; e (2) na África, é difícil determinar o pagamento de salários, pois a mão-de-obra dominante é familiar, enquanto que, na Malásia e no Brasil há transparência no valor dos salários pagos. A despeito dessas dificuldades comparativas, verifica-se que Malásia e Brasil exibem custos de produção maiores.

4. Caracterização dos Empreendimentos e dos Produtos

a) Plantio Empresarial

O cacauceiro (*Theobroma cacao*) é uma planta da família *Sterculiaceae*, gênero *Theobroma*, originária do continente Sul Americano, provavelmente das bacias dos rios Amazonas e Orinoco.

Atinge entre 5 e 8 metros de altura e entre 4 a 6 metros de diâmetro da copa, quando proveniente de semente. Em florestas, em função do sombreamento, pode atingir uma altura de até 20 metros. Suas flores brotam sob a forma de almofadas no tronco ou nos ramos lenhosos, num volume de até mais de 100.000 (cem mil), sendo que menos de 5% delas são fertilizadas e apenas cerca de 0,1% se transformam em frutos (Figura 1). Estes, sustentados por pedúnculos lenhosos,

apresentam coloração variada: alguns transitam do verde (juventude) ao amarelo (maturidade), enquanto outros passam do roxo ao laranja, durante a maturação. O índice de frutos, ou seja, o nº de frutos necessários à obtenção de 1 kg de cacau comercial, situa-se, em geral, entre 15 e 31 unidades. A semente do cacau apresenta formato ora elipsóide, ora ovóide, com 2 a 3 cm de comprimento e recoberta por uma polpa mucilagínosa branca, de sabor açucarado e ácido, além de ser muito sensível às mudanças de temperatura e situações de desidratação.



Figura 1. Cacau

O cacauzeiro é uma planta perene, haja vista seu ciclo produtivo poder ultrapassar os 100 anos, sendo seu ciclo produtivo ideal em torno de 35 anos, com início da produção econômica a partir dos seis anos após o plantio. Desenvolve-se em solos com níveis de fertilidade e características pedológicas díspares, tais como os de mata, capoeira, sistemas de consorciamento com outros cultivos ou até pastagem. Por ser uma planta típica do trópico úmido, o cacauzeiro possui como ambientação edafoclimática ideal um solo de fertilidade média/alta, bem drenado e com profundidade de 1,5 m, além de um clima estável, com pequenas variações de temperatura, radiação solar e comprimento do dia. O regime de chuvas deve ser rigorosamente observado, com precipitação ideal avaliada entre 1.800 a 2.500 mm/ano, bem como a velocidade dos ventos, a qual deve ficar abaixo de 2,5 m/s, seja naturalmente ou pela instalação de um quebra-vento.

A semente é o principal produto comercializado, após fermentação e secagem, para fabricação de chocolate, sob diversas formas. Dela extrai-se a manteiga, muito utilizada na indústria farmacêutica e cosmética, a torta e o pó, utilizados na indústria chocolateira e moageira para fabricação de doces, confeitos e massas. Já a polpa do cacau, rica em açúcares, é utilizada na fabricação de geléia, vinho, licor, vinagre e suco.

Em razão de suas características fitológicas, da necessidade de reduzir o custo de combate às pragas que ameaçam esta cultura e a tônica científica e político-social de manejo sustentável dos recursos florestais da Amazônia brasileira, recomenda-se que o cacauzeiro seja plantado em um sistema de produção do tipo agroflorestal, empregando técnicas modernas de cultivo. No presente estudo, considerou-se a adoção de plantios de sombreamento de bananeira num espaçamento de 5m X 3m, equivalente a aproximadamente 800 plantas por hectare. Especial atenção deve ser dada (1) à aquisição das mudas de um propagador fidedigno do ponto de vista fitossanitário, como a EMBRAPA ou viveiristas particu-

lares tecnicamente credenciados; (2) à correção do nível de acidez do solo, o qual não deve ultrapassar o pH de 5,5, pela aplicação do calcário; (3) à realização de tratamentos culturais regulares (adubação NPK, controle de plantas daninhas, poda fitossanitária, desbrota e controle de doenças fúngicas); e (4) à maneira como é organizada a colheita e o transporte dos cachos, pois exercem influência fundamental no rendimento e qualidade do produto.

No que concerne ao pré-beneficiamento do cacau – transformação do cacau em frutos em cacau em amêndoas – procede-se à quebra dos frutos no próprio campo da colheita, sendo as amêndoas separadas da placenta, depositadas em baldes de plástico ou caixas de madeira e transportadas no mesmo dia para os cochos de fermentação, adotando-se ainda os cuidados de não misturar amêndoas resultantes de quebras em dias diferentes, a fim de produzir uma fermentação homogênea, e separar as amêndoas podres ou germinadas, a fim de obter uma massa de cacau pura; logo depois, procede-se à fermentação da massa de cacau, ao fim da qual devem as amêndoas apresentar uma coloração castanho, perda da polpa mucilagínosa que as envolvia e temperatura mais baixa. A seguir, a massa é secada pela disposição do cacau em barcaças para exposição ao sol, com revolvimento manual periódico. As amêndoas fermentadas e secas são embaladas e armazenadas em local com reduzida umidade e absolutamente limpo (sem roedores, insetos ou substâncias que exalem fortes odores).

b) Agroindústria de Achocolatados

A Agroindústria de Achocolatados (Chocolate em Pó e em Barras + Ovos de Páscoa) planejada neste estudo é de pequeno porte, mas intensivamente mecanizada, seguindo os padrões já consolidados dos sistemas de produção fabris de achocolatados; emprega número razoável de empregados (27 ao todo) e funciona 12 (doze) meses por ano.

A capacidade instalada desta planta industrial pode processar até 514.800 kg/ano de cacau em amêndoas; sua produção anual projetada é de 196.322 kg de chocolate em pó + 289.213 kg de chocolate em barras + 28.921 kg de ovos de páscoa.

c) Áreas potenciais para Investimento

- **Rondônia:** Porto Velho, Cacoal, Ariquemes, Alto Paraíso, Machadinho do Oeste, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste e Jaru (Figura 2).

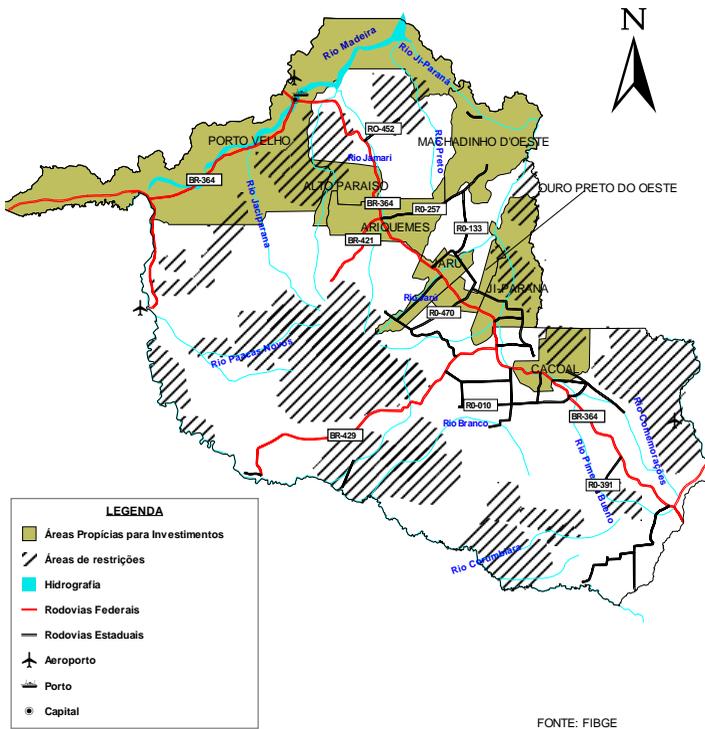


Figura 2. Rondônia. Áreas propícias para investimentos em Cacau.

5. Indicadores de Viabilidade Econômica-Financeira

a) Plantio empresarial de 22ha de Cacau

INDICADORES DE VIABILIDADE ECONÔMICA - FINANCEIRA		RESULTADOS
LUCRO LÍQUIDO MÉDIO (ANOS 1-25)	Receita Total Média - Custo Total Médio	R\$ 467.529,89
MARGEM DE LUCRO MÉDIA (ANOS 1-25)	Lucro Líquido Médio / Receita Total Média	44,78%
RENTABILIDADE MÉDIA (ANOS 1-25)	Lucro Líquido Médio / Investimento Total	20,19%
PONTO DE NIVELAMENTO	Quantidade mínima que a empresa deve produzir para igualar Receita Total e Custo Total, dada pela fórmula: $\text{Custo Fixo Médio} / (\text{Receita Total Média} - \text{Custo Variável Médio}) \times 100$	16,45% da produção comercial
TEMPO DE RETORNO DE CAPITAL (PERÍODO DE PAYBACK)	Período mínimo necessário para o investidor recuperar seu capital total aplicado	5,44 anos
TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)	Custo de oportunidade do capital se comparado a qualquer outra aplicação financeira	18,40% ao ano
VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL)	Valor presente da somatória dos fluxos de caixa líquidos - valor presente do investimento total, descontados ao custo de oportunidade da taxa de juros anual do mercado financeiro.	R\$ 59.429,76

b) Agroindústria de polpa de Achocolatados

INDICADORES DE VIABILIDADE ECONÔMICA - FINANCEIRA		RESULTADOS
LUCRO LÍQUIDO MÉDIO (ANOS 1-25)	Receita Total Média - Custo Total Médio	R\$ 405.662,95
MARGEM DE LUCRO MÉDIA (ANOS 1-25)	Lucro Líquido Médio / Receita Total Média	11,53%
RENTABILIDADE MÉDIA (ANOS 1-25)	Lucro Líquido Médio / Investimento Total	35,85%
PONTO DE NIVELAMENTO	Quantidade mínima que a empresa deve produzir para igualar Receita Total e Custo Total, dada pela fórmula: $\text{Custo Fixo Médio} / (\text{Receita Total Média} - \text{Custo Variável Médio}) \times 100$	51,39% da produção comercial
TEMPO DE RETORNO DE CAPITAL (PERÍODO DE PAYBACK)	Período mínimo necessário para o investidor recuperar seu capital total aplicado	3,01 anos
TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)	Custo de oportunidade do capital se comparado a qualquer outra aplicação financeira	36,27% ao ano
VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL)	Valor presente da somatória dos fluxos de caixa líquidos - valor presente do investimento total, descontados ao custo de oportunidade da taxa de juros anual do mercado financeiro.	R\$ 1.070.384,76

6. Incentivos Fiscais e Financeiros

1) Governo Federal

1.1) Incentivos administrados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

a) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI):

- **Isenção** na entrada de mercadorias nacionais ou estrangeiras destinadas à Zona Franca de Manaus, para consumo interno, industrialização em qualquer grau, agropecuário, pesca, instalações e operações de indústrias e serviços de qualquer natureza e estocagem para reexportação (art.3º e 4º do Decreto-Lei n.º 288/67 e art. 3º da Lei n.º 8.387/91).
- **Isenção** para as mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, que se destinem ao consumo interno, quer à comercialização em qualquer ponto do território nacional (art. 9º do Decreto-Lei n.º 288/67, com a redação dada pela Lei n.º 8.387/91);
- **Isenção e direito à geração de crédito** como se devido fosse para os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, exclusive as de origem pecuária, sempre que empregadas na industrialização em qualquer ponto do território nacional na produção de bens sujeitos efetivamente ao imposto (art. 6º do Decreto-Lei n.º 1435/75 e Decreto-Lei nº 1593/77);
- **Manutenção do crédito** incidente sobre matérias-primas, produtos intermediários, material de embalagem e equipamentos adquiridos para emprego na industrialização de produtos que venham a ser remetidos para a Zona Franca de Manaus.(art.4º da Lei nº 8.387/91).

b) Imposto sobre Importações (II):

- **Isenção** para mercadorias estrangeiras que ingressem na Zona Franca de Manaus, destinadas ao consumo interno, à industrialização em qualquer grau, à agropecuária, pesca e à instalação e operação de indústrias e serviços em qualquer natureza (Art.3º Decreto-Lei nº 288/67). Os insumos utilizados na fabricação de bens vendidos em Manaus são isentos do II.
- **Redução de 88% (oitenta e oito por cento) da alíquota** incidente sobre os materiais importados que integrem produtos industrializados na Zona Franca de Manaus destinados a qualquer ponto do território nacional.
- **Redução da alíquota do II** incidente sobre materiais importados que inte-

grem *bens de informática e automóveis*, tratores e outros veículos terrestre, suas partes e peças (excluídos das posições 8711 a 814 da TAB), quando saírem da ZFM para qualquer ponto do território nacional, (Lei n.º 8.387/91).

- **Inexigibilidade** do imposto para os insumos e materiais de embalagem empregados por estabelecimento industrial instalado na Zona Franca de Manaus na fabricação de bens que, por sua vez, sejam utilizados como insumos por outra empresa instalada na mencionada região. Excetuam-se as operações entre empresas interdependentes (Lei n.º 8.387/91).

1.2) Incentivos administrados pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA):

a) Imposto de Renda:

- **Redução de 75% do IRPJ e adicionais não-restituíveis devido**, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do exercício financeiro seguinte ao ano em que o empreendimento entrar em operação, para os setores enquadrados como prioritários pelo Governo Federal. O atual Nível de Redução é de 75%. Os projetos de ampliação serão contemplados com esse incentivo quando acarretarem pelo menos 50% de aumento da capacidade instalada no empreendimento. Inicialmente, a empresa terá por 10 anos esse nível de redução.
- **Redução de 37,5% do IRPJ e adicionais não-restituíveis** incidentes sobre os resultados de empreendimentos agrícolas ou industriais instalados na área de jurisdição da SUDAM, por esta considerada de interesse para o desenvolvimento regional (Decreto-Lei n.º 756/69). Esse incentivo é geralmente concedido após a empresa gozar dos 10 anos de isenção de IRPJ (quando existia isenção) ou para os projetos que não estão enquadrados nos setores prioritários.

Incentivos Estaduais – Governo de Rondônia

Programa de Incentivo Tributário

Os empreendimentos industriais e agroindustriais, já existentes ou que venham a iniciar suas atividades no estado do Rondônia, poderão usufruir, por um período não superior a 180 meses (quinze anos) e mediante aprovação prévia de projetos técnico-econômicos (de implantação, ampliação ou modernização) junto ao **Conselho de Desenvolvimento do Estado de Rondônia (CONDER)**, dos

seguintes incentivos tributários:

a) Crédito presumido do valor:

I - do ICMS debitado no período, no caso de implantação;

II - da parcela do ICMS a recolher, incrementada no período em função do projeto, no caso de ampliação ou modernização.

b) para as empresas com projetos de implantação haverá, cumulativamente, redução da base de cálculo de 50% (cinquenta por cento) do ICMS nas aquisições de energia elétrica, as relativas aos serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação em que forem tomadores, desde que os fornecedores deduzam, do valor da mercadoria, o ICMS dispensado.

Para determinação do percentual de crédito presumido do imposto, será estabelecida no Regulamento Operativo do Programa, escala de valores para o empreendimento, com base nos seguintes critérios:

I - grau de utilização de insumos locais e regionais;

II - localização do empreendimento;

III - adoção de medidas visando à qualidade total;

IV - geração e manutenção de empregos diretos;

V - tecnologia aplicada;

VI - utilização racional de energia;

VII - volume de investimento fixo do Projeto.

Parágrafo único - O Regulamento Operativo do programa definirá quais empreendimentos não serão alcançados pelo presente Programa de Incentivo Tributário.

Ficam obrigadas as empresas com projetos de modernização e ampliação já aprovados pelo Programa, a pagar contribuição mensal de 1% (um por cento) da receita operacional líquida para o Fundo de Planejamento de Desenvolvimento Industrial de Rondônia - FIDER.

Potencialidades Regionais
Estudos de Viabilidade Econômica
Sumários Executivos

Vol. 1 - **Açaí**

Vol. 2 - **Amido de Mandioca**

Vol. 3 - **Cacau**

Vol. 4 - **Cupuaçu**

Vol. 5 - **Dendê**

Vol. 6 - **Guaraná**

Vol. 7 - **Palmito de Pupunheira**

Vol. 8 - **Piscicultura**

Vol. 9 - **Plantas Para Uso Medicinal e Cosmético**

Vol. 10 - **Produtos Madeireiros**



Ministério do Desenvolvimento
Indústria e Comércio Exterior

